

A Resposta da União Europeia às Ameaças à Democracia no Interior das suas Fronteiras: Uma Breve Análise da Aplicação do Artigo 7 do TUE

The Eu's Response to Threats to Democracy within its Borders: A Brief Analysis on the Application of Article 7 Teu

Ana Carolina de Barros França
Bianca Leticia de Oliveira Tosta

Universidade de Lisboa, Portugal

O tema aborda a resposta da União Europeia (UE) aos riscos de violação dos seus valores basilares, previstos no artigo 2 do Tratado da União Europeia (TUE), entre os quais será dada ênfase à democracia. Nesse contexto, será analisada a possibilidade de aplicação de medidas, de natureza preventiva e sancionatória, contra os Estados-Membros que apresentarem indícios de erosão do sistema democrático, o que poderá ser realizado com fundamento no artigo 7 do TUE, que, portanto, será abordado como um mecanismo de proteção da democracia face às ameaças totalitárias crescentes no âmbito comunitário. Assim, será realizado exame acerca da eficácia do referido artigo, o que implica discorrer sobre a subjetividade e discricionariedade envolvidas no seu processo de aplicação, assim como sobre os seus efeitos. Para tanto, a abordagem será delimitada à análise das medidas visadas pelo Parlamento Europeu em face da Polónia e da Hungria, à luz das quais será avaliada a proporcionalidade e a eficiência da atuação da UE nessa matéria.

Palavras Chave: União Europeia; Democracia; Artigo 2 TUE; Artigo 7 TUE.

The subject addresses the European Union's (EU) response to the risks of violation of its basic values, referred to in Article 2 of the Treaty on European Union (TEU), including democracy. In this context, the possibility of applying preventive and sanctioning measures against Member States that show evidence of erosion of the democratic system will be examined, which could be carried out on the basis of Article 7 of the TEU, which will therefore be addressed as a mechanism for protecting democracy in the face of increasing totalitarian threats at the community level. Thus, an examination will be carried out on the effectiveness of this article, which implies discussing the subjectivity and discretion involved in its application process, as well as its effects. For this purpose, the approach will be limited to the analysis of the measures envisaged by the European Parliament against Poland and Hungary, on the basis of which the proportionality and efficiency of the EU's action in this area will be assessed.

Keywords: European Union; Democracy; Article 2 TEU; Article 7 TEU.

Introducción

Em resposta às ameaças provocadas pelo transnacionalismo, tem-se assistido a uma crescente adoção de medidas totalitárias por parte dos Estados-Membros da UE, o que pode desencadear um processo de erosão da democracia e resultar em graves violações aos direitos humanos, culminando na violação dos valores previstos no artigo 2 do TUE.

Assim, a UE enfrenta complexos desafios, que consistem em manter a coerência entre estes valores e as políticas e estratégias executadas no plano interno, tanto pelos seus mecanismos e instituições, quanto pelos seus Estados-Membros, sobretudo em matéria de fluxos migratórios e terrorismo, cujas causas estruturais têm relação com o processo de fragilização da democracia,

o qual pode ser reforçado na medida em que são empregadas ações desproporcionais e arbitrárias para controlar aqueles fenômenos.

Para enfrentar os referidos desafios, de maneira a combater os totalitarismos e garantir a proteção da democracia no interior das suas fronteiras, a UE pode recorrer à ativação do artigo 7 do TUE, que estabelece mecanismos de prevenção e sanção contra os Estados-Membros em caso de “risco claro” de “violação grave” dos valores contidos no artigo 2 do TUE. Ocorre que a delimitação do conteúdo dos termos referidos é marcada por abstração e subjetividade, o que pode prejudicar a eficácia da aplicação destes.

Nesse contexto, é necessário considerar que os efeitos preventivos resultantes da aplicação do artigo compreendem, basicamente, a constatação do risco e a respectiva formulação de recomendações ao Estado-Membro, a fim de alertá-lo acerca das ameaças identificadas e de propor estratégias de eliminação destas. Uma vez confirmada a gravidade das violações aos valores da UE, ou caso as recomendações não atinjam os objetivos propostos, permanecendo vigentes as ameaças, as sanções poderão ser aplicadas, resultando em suspensões aos direitos do Estado-Membro visado. Entretanto, tais sanções são objeto de divergências, haja vista que, com exceção da previsão de suspensão do direito ao voto, que constitui medida grave de privação de direitos, não existem determinações específicas acerca de quais outros direitos podem ser suspensos, o que reforça a discricionariedade e a insegurança resultante da ativação do mecanismo.

Assim, será analisado como o referido artigo pode influenciar na proteção da democracia no âmbito europeu, o que implica analisar as falhas sistêmicas na sua aplicação, assim como a proporcionalidade e a efetividade dos efeitos gerados por esta, sobretudo no âmbito das medidas visadas contra a Polónia e a Hungria, cuja análise abarca divergências e desperta preocupações que serão objeto de breve considerações.

Fundamentación teórica

Em que pese a consideração de que o artigo 7 do TUE é um mecanismo de proteção dos valores fundamentais da UE, contribuindo, portanto, para a proteção da democracia no âmbito comunitário, é necessário considerar as divergências envolvidas na sua aplicação, entre as quais será dada ênfase ao seu caráter discricionário e político. Nesse contexto, é necessário considerar que, dentre outros aspectos, a indeterminabilidade dos termos “risco claro” e “violação grave”, cuja delimitação e aplicação é subjetiva e abstrata, assim como a ausência de previsão específica dos direitos que podem ser suspensos em decorrência da ativação do artigo, constituem ameaças à credibilidade do mecanismo, das quais resulta o temor de que este atinja efeito inverso ao pretendido, de modo a contribuir para um processo de fragilização da democracia.

Objetivos

O trabalho tem como objetivo estudar a relação entre a aplicação do artigo 7 do TUE e a proteção da democracia no âmbito europeu, a fim de avaliar se aquele pode ser considerado um mecanismo apto para a proteção desta, ou, se, ao contrário, em razão das divergências identificadas, poderá contribuir para seu processo de fragilização. Para tanto, se pretende realizar breve análise acerca da aplicação do referido artigo, a fim de avaliar se aquela está de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo princípio da proporcionalidade, e se, portanto, pode ser justificada.

Método

O método utilizado consiste na realização de pesquisas bibliográficas, que compreendem a citação de livros, artigos científicos e teses de mestrado e doutorado. Ademais, serão analisadas jurisprudências e documentos oficiais de mecanismos internacionais e europeus acerca da matéria objeto de estudo.

Resultados

As investigações realizadas demonstraram que a ativação do artigo 7 do TUE em face da Polônia e da Hungria, que resultou em uma série de recomendações e no âmbito da qual é analisada a possibilidade de aplicação de sanções mais severas, em que pese as divergências sistêmicas expostas e os respectivos desafios suscitados, foi proporcional até o momento vigente, tendo em conta a reiteração das violações cometidas aos valores da UE pelos Estados mencionados, assim como a natureza das medidas, que não ultrapassaram os limites exigidos para alcançar o objetivo proposto, qual seja: garantir a coerência entre as políticas e estratégias executadas pelos Estados-Membros e os valores fundamentais da UE, com ênfase na democracia.

Conclusiones

Diante do exposto, é possível concluir que o artigo 7 do TUE é relevante para a proteção da democracia no âmbito europeu face aos totalitarismos emergentes, de modo que, no contexto específico dos Estados analisados, é possível considerar que a aplicação do artigo representou um mecanismo, embora político, de afirmação dos valores da UE.

Contudo, para ser considerado efetivo, é necessário que o referido mecanismo seja ativado em caráter excepcional e subsidiário, ou seja, somente após esgotados todos os mecanismos de diálogo e recomendação e nas hipóteses em que a gravidade das violações, avaliada a partir de critérios objetivos e proporcionais, justifique.

Assim, deverão ser determinados padrões claros de aplicação e previsão expressa das suspensões de direitos que podem ser impostas, a fim de garantir a imparcialidade do mecanismo e de reforçar a credibilidade da atuação da UE nessa matéria, contribuindo assim para proteção da democracia. Do contrário, caso não sejam sanadas as divergências sistêmicas expostas, há o risco que sejam gerados efeitos inversos aos propostos, os quais poderão fomentar o processo de erosão da democracia no âmbito europeu.

Referencias

- Kochenov, D. (2017). Busting the Myths Nuclear: A Commentary on Article 7 TEU. *EUI Law Working Papers*, 10, 1-13.
- Larion, I. M. (2018). Protecting EU Values. A Juridical Look at article 7 TEU. *Knowledge Society*, 12, 539-549.
- Wilms, G. (2017). *Protecting fundamental values in the European Union through the rule of law Articles 2 and 7 TEU from a legal, historical and comparative angle*. Florence: European University Institute.